



PARTE A

LICITAÇÃO EXCLUSIVA

**MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE / MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL / SOCIEDADES
COOPERATIVAS**

LICITAÇÃO N.º 012/CPL/2018
PROCESSO N.º 798/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ORIGEM DOS RECURSOS: 155 – Proteção Social Básica Federal
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.99.00.00.00
DOTAÇÃO: 825
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 17.989,50 (Dezessete mil, novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 25 DE ABRIL DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 25 DE ABRIL DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ARTESANATO, NECESSÁRIO À REALIZAÇÃO DO TRABALHO DO SCFV – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, NAS OFICINAS OFERTADAS NOS CRAS PARA AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS – PAIF.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico <http://paracambi.rj.gov.br/transparencia-2/#licitacoes>. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, ou e-mail: licitacaopmpparacambi@gmail.com.

ÓRGÃO REQUISITANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: Até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

ParteA	-	Informações Específicas sobre o Edital
ParteB	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro



PARTE B

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **012/CPL/2018**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto Municipal nº 4.482/2017, Decreto Municipal nº 4.481/2017 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL até o dia **25 DE ABRIL DE 2018 ÀS 10:00 HORAS**. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL em **25 DE ABRIL DE 2018 ÀS 10:00 HORAS**, horário de Brasília – DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local independentemente de comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 – **ÓRGÃO REQUISITANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

1.5 - O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: licitacaopmpparacambi@gmail.com, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

2- DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ARTESANATO, NECESSÁRIO À REALIZAÇÃO DO TRABALHO DO SCFV – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, NAS OFICINAS OFERTADAS NOS CRAS PARA AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS – PAIF**, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO 1 e 1.1 do Edital.

3– PARTICIPAÇÃO

3.1 – Somente poderão participar desta licitação microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, nos termos do Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, desde que atendam as condições estabelecidas na referida lei e a todas as exigências constante deste Edital e seus Anexos.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 - Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.



3.4 - É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

3.5 - É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.6 - Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.7 - Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.8 - Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada a integrantes do Poder Público Municipal de Paracambi, por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção.

3.9 - Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.9.1 - Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.10 - Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.11 - Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

3.12 - Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

4 - CREDENCIAMENTO

4.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta de credenciamento (Anexo 4), fora de qualquer envelope, dirigida o Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, juntamente com Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata da Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração salvo se já constarem no Contrato Social apresentado devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.



4.1.1 - A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.

4.1.2 – É vedado que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

4.2 - Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (fora de qualquer envelope), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a Declaração que Cumpre Plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

4.2.2 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, deverá apresentar declaração conforme anexo 5, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.3.1 – O Microempreendedor Individual, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5 declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação do licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.3.2 – A Sociedade Cooperativa, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5.1 declarando que observa o art. 34, da Lei nº 11.488/07, que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.4 – As Cooperativas deverão entregar os seguintes documentos:

4.4.1 – Registro na Junta Comercial e estatuto social em vigor, devidamente registrado;

4.4.2 – Cadastro dos Contribuintes Mobiliários da Prefeitura Municipal (da sua sede, como contribuinte do ISS);

4.4.3 – A relação dos cooperados que atendam aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inc. XI, 21, inc. I, e 42, §§ 2º e 6º, todos da Lei nº 5.764/71;

4.4.4 – Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSC I de cada um dos cooperados relacionados;

4.4.5 – Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

4.4.6 – O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/71;



4.4.7 – A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

4.4.8 – Comprovação da Diretoria ou Conselho de Administração em exercício que devem ser integrados, exclusivamente, por associados (art. 47 da Lei nº 5.764/71);

4.4.9 – Os seguintes documentos para comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto Social com ata da assembleia;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assmbleia que os aprovou;
- d) Editais de convocação das três ultimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

4.4.10 – A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71, ou uma declaração, sob as penas da Lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

4.5 – Quando da contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, no caso de cooperativa, ou pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição sem fins lucrativos, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.6 – Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na sala da CPL, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, no horário de 10:00 as 16:00 horas, **NAO SENDO AUTENTICADOS NENHUM DOCUMENTO NA SESSÃO.**

4.7 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.

4.8 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua proposta e documentação, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta
ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º 012/CPL/2018
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:
ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º 012/CPL/2018
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA



6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega da proposta de preços, até o dia e horário previsto no item 1.1.

6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário previstos no item 1.1.

6.2 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

6.3 - A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter preço final do objeto e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- c) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

6.4 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas as especificações do objeto do presente edital, desde que esteja formatada igual ao Formulário Oficial de Proposta, sendo irrelevante qualquer acréscimo.

6.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

6.7 - As propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital serão desconsideradas.

6.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- e) prazo de entrega será em até 30 (trinta) dias, após autorização da ordem de fornecimento, e será definido de acordo com secretaria requisitante conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;

IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;



V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- I – não estejam devidamente assinadas;
- II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.
- III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- IV – apresente preço manifestamente inexequível ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.
- V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acréscimos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.
- VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo preponente, que, ao apresentá-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço unitário como inexequível, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

7 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.5 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão o Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço para cada item.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais;

7.8 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;



7.9 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes para cada item;

7.10 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada o Pregoeiro a prorrogação.

7.12.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

7.12.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

7.14 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.15 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**.

8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor unitário, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.11 do edital.

8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido e registrado em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

8.5 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.



8.5.1 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para retirar a nota de empenho. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

8.6 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, após ter sido atestada aceitabilidade da proposta de menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

8.7 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.

8.8 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.9- Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.10 - Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço unitário e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.11 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.12 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação da proposta.

9 - HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017. No caso dos documentos a serem autenticados por servidor da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, não sendo autenticados nenhum documento na sessão.**

9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;

9.1.2–Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.

9.1.3 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.4 –Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.5–Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.6 - A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.



9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 – Habilitação Jurídica:

- 9.2.1.2 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;
- 9.2.1.3 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhada do documento de identificação dos responsáveis;
- 9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;
- 9.2.1.4 Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhando de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;
- 9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;
- 9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- 9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

9.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- 9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/ e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;
- 9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).
- 9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.



- 9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmo efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 9.2.2.8 Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, as licitantes deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi e, conjuntamente, a certidão expedida pelo Município de sua sede.
- 9.2.2.9 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 9.2.2.10 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.2.2.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 9.2.2.12 Para as licitantes estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.
- 9.2.2.13 O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- 9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela CPL da Prefeitura Municipal de Paracambi, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira:

9.2.3.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do ultimo exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.2.3.1.1 – Comprovação, através das demonstrações contábeis, de que possui os seguintes índices financeiros:

ILG > 1,0 obtido pela aplicação da seguinte formula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Sendo:

ILG: índice de liquidez geral;

AC = ativo circulante;



PC = passivo circulante;
RLP = realizável a longo prazo,
ELP = exigível a longo prazo.

9.2.3.1.2 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.

9.2.3.1.3 - Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constante do item 9.2.3.1.1, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a **10% (dez por cento)** do valor efetivo da proposta vencedora.

9.2.3.1.4 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituídas no exercício em curso;
- d) Até 30 de Abril serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

9.2.3.2 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.2.1 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento.

9.2.3 – Qualificação Técnica:

9.2.4.1 – Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante fornecido por pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu objeto semelhante ao deste Edital, contendo a identificação do(s) signatário(s) e obrigatoriamente, a caracterização dos bens fornecidos e o grau de satisfação.



9.2.5 – Documentação Complementar

9.2.5.1 - Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

10 - IMPUGNAÇÃO E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.

10.2.1 O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.2. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

10.3 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.



10.4 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal n.º 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 – Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

11.8 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o art.41 § 2º da Lei 8.666/93.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.



13 – DO RECEBIMENTO

13.1 – A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada após expedição da Autorização de Fornecimento, contando-se o prazo a partir da comunicação formal ao licitante vencedor que será efetuada via fax ou outro meio hábil.

13.2 – O objeto desta Licitação deverá estar devidamente de acordo com o Termo de Referência, de forma a garantir a integridade do mesmo, pois a Prefeitura Municipal não se responsabiliza por danos causados no transporte.

13.3 - Juntamente com o objeto deverá ser entregue a respectiva Nota Fiscal, a qual deverá conter a descrição do item a ser entregue.

13.4 - O recebimento inicial do objeto da presente licitação será provisório até a verificação posterior das especificações e quantidades. Observar-se-á, entretanto, o prazo de decadência de 90 (noventa) dias para reclamação dos vícios aparentes ou de fácil constatação (**art. 26 da Lei Federal nº 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor**).

13.5 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

13.6 – Adotar todas as medidas e precauções tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus funcionários e a terceiros, porém sempre responsável por quaisquer consequências decorrentes desses danos e pelos atos por eles praticados.

13.7 - Fazer a reposição dos produtos entregues fora das especificações solicitadas.

13.8 – A fiscalização do cumprimento do objeto, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, através de 3 (três) servidores designados.

14 - DO CONTRATO

14.1 - O contrato será simplificado e representado pela Autorização de Fornecimento e Nota de Empenho, nos termos do disposto no Art.62, parágrafo 4º da Lei nº 8.666/93.

15 – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo da Comissão formada por servidores do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**.

15.2 – Os atos da fiscalização realizados pelo **MUNICÍPIO** não eximirão o fornecedor registrado de qualquer responsabilidade decorrentes do cumprimento do objeto da presente licitação.



16 – DA GARANTIA

16.1 – O **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de 2% (dois por cento) do valor da contratação, a ser restituída após a execução satisfatória das obrigações da **CONTRATADA**.

16.2 – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

16.3 – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e dois) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

17 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

17.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

17.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

17.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

17.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e”, “f” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c”, “d”.

17.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança



apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

17.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.1.6 - A aplicação das sanções previstas no item 18 observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

17.1.7 - O prazo de impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

18 - RESCISÃO

18.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

19 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 155 – Proteção Social Básica Federal

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.99.00.00.00

DOTAÇÃO: 825

20 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 – O **MUNICÍPIO** fará o pagamento referente à aquisição de material, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

20.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a entrega do objeto contratual.

20.3 – Não serão considerados efetivamente contemplado por qualquer entrega do objeto contratual os produtos que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Termo de Referência, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

20.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

20.5 – O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecendo o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

20.6 – Caso se faça necessária a representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

20.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

20.8 – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.



21 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

21.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

21.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.

21.3 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666 de 1993, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22 – ESTIMATIVA DE PREÇO

22.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 17.989,50 (Dezessete mil, novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)**, conforme especificações do Termo de Referência.

22.2 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer com periodicidade anual, mediante expresso requerimento do contratado, e deverão utilizar o índice do IPCA.

22.3 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

23 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

23.1 – Serão aceitos como preços máximos a serem praticados, os preços apresentados na Estimativa Orçamentária, sendo desclassificados os itens cujos preços apresentados estejam acima destes valores.

24 - DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.1.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

24.2 – Ao preço do primeiro colocado serão registrado tantos fornecedores quantos necessários para que em função das suas propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:



- a) O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata;
- b) Quando das contratações decorrentes do pregão deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;
- c) Os órgãos participantes do pregão deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

24.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal n.º 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

24.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

24.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

24.6. O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do COMPROMITENTE para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

24.7 - Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

24.8 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.

24.9 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

24.10 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

24.11 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

24.12. Será verificado, ainda pela Comissão Permanente de Licitação, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a Administração Pública, mediante consulta ao:

24.12.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

24.12.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

24.12.3. Cadastro Inidôneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>.



24.11 - Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal 8.666 de 1993.

24.12 - O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 (sessenta) dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a inutilizá-los.

25 – INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro



ANEXO 1 FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

Processo n.º 798/2018

Licitação n.º 012/CPL/2018

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ARTESANATO, NECESSÁRIO À REALIZAÇÃO DO TRABALHO DO SCFV – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, NAS OFICINAS OFERTADAS NOS CRAS PARA AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS – PAIF.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA Nº:

E-MAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	AGULHA COSTURA, MATERIAL AÇO NIQUELADO, NÚMERO AGULHAS 3 <i>Pacote com 20 unidades.</i>	Pacote	6		
2	AGULHA COSTURA, MATERIAL AÇO NIQUELADO, NÚMERO AGULHAS 6 <i>Pacote com 20 unidades.</i>	Pacote	6		
3	AGULHA COSTURA, MATERIAL AÇO NIQUELADO, NÚMERO AGULHAS 7 <i>Pacote com 20 unidades.</i>	Pacote	6		
4	AGULHA COSTURA, MATERIAL AÇO NIQUELADO, NÚMERO AGULHAS 8 <i>Pacote com 20 unidades/</i>	Pacote	6		
5	Barbante Barroco de 400g cru mesclado <i>Para crochê.</i>	Unidade	18		
6	Bastão de cola quente grande <i>Pacote com 1Kg.</i>	Unidade	4		
7	Bastão de Cola Quente - pequena <i>Pacote com 1Kg.</i>	Unidade	4		
8	Cola branca de 1L	Unidade	18		
9	Cola Gel para Decoupage de 60 ml	Unidade	18		
10	Dimensional c/ Gliter Dourado c/ 12 Unidades	Caixa	6		
11	Dimensional c/ Gliter Prateado c/ 12 Unidades	Caixa	6		
12	Dimensional s/ Gliter Amarelo c/ 12 Unidades <i>Tinta para tecido.</i>	Caixa	6		
13	Dimensional s/ Gliter Branco c/ 12 Unidades <i>Tinta para tecido.</i>	Caixa	6		



14	EVA (emborrachado) 2mm - cor amarela	Unidade	60		
15	EVA (emborrachado) 2mm - cor azul	Unidade	60		
16	EVA (emborrachado) 2mm - cor verde	Unidade	60		
17	EVA (emborrachado) 2mm - cor vermelha	Unidade	60		
18	Feltro azul	Metro(s)	10		
19	Feltro branco	Metro(s)	10		
20	Feltro preto	Metro(s)	10		
21	Feltro rosa	Metro(s)	10		
22	Feltro verde	Metro(s)	10		
23	Feltro vermelho	Metro(s)	10		
24	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, LARGURA 25 MM, COMPRIMENTO 50 M, APLICAÇÃO MULTIUSO, COR BEGE, TIPO FACE MONOFACE	Unidade	24		
25	LINHA COSTURA, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 91,40 M, COR BRANCA <i>Caixa com 9 unidades.</i>	Caixa	24		
26	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR AMARELA	Unidade	6		
27	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR AZUL CLARO	Unidade	6,0000		
28	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR AZUL MARINHO	Unidade	6,0000		
29	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR BRANCA	Unidade	6,0000		
30	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR PRETA	Unidade	6,0000		
31	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR VERDE	Unidade	6,0000		
32	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR VERMELHA	Unidade	6,0000		
33	Linha nº 10 - carretel <i>com 80m.</i>	Unidade	24,0000		
34	PAPEL CARBONO, MATERIAL PELÍCULA POLIÉSTER, APLICAÇÃO ESCRITA MANUAL, TIPO FILME, COMPRIMENTO 297 MM, LARGURA 210 MM, COR AZUL <i>Caixa com 100 fls.</i>	Caixa	6.0000		
35	Papel Termocolante	Metro(s)	30,0000		
36	pistola de cola quente grande	Unidade	8,0000		
37	Pistola de cola quente pequena	Unidade	8,0000		
38	Sacaria Branca (metro)	Metro(s)	120		
39	Tecido 100% algodão estampado (metro)	Metro(s)	60		



	<i>Estampas diversas.</i>				
40	Tecido 100% algodão liso (metro) <i>Cores diversas</i>	Metro(s)	60		
41	Tecido Brim Cru	Metro(s)	60		
42	Termolina leitosa de 500ml	Unidade	18		
43	TESOURA COSTURA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO 8 POL, COMPRIMENTO 20 CM	Unidade	18		
44	tinta para tecido <i>Na cor preto. Caixa com 12 unidades.</i>	Unidade	6		
45	Tinta para tecido - amarelo ouro com 12 unidades cada	Unidade	6		
46	Tinta para Tecido - Azul Celeste c/ 12 Unidades	Caixa	6		
47	Tinta para Tecido - Branco c/ 12 Unidades	Caixa	6		
48	Tinta para Tecido - Caramelo c/ 12 Unidades	Caixa	6		
49	Tinta para Tecido - Cinza Lunar c/ 12 Unidades	Caixa	6		
50	Tinta para tecido com 12 unidades	Caixa	6		
51	tinta para tecido com 12 unidades vermelho escarlata	Unidade	6		
52	Tinta para Tecido - Laranja c/ 12 Unidades	Caixa	6		
53	Tinta para tecido - lilás com 12 unidades	Unidade	6		
54	Tinta para Tecido - Marrom c/ 12 Unidades	Caixa	6		
55	Verniz vitral de 100ml <i>Incolor</i>	Unidade	18		
56	Verniz Vitral Pequeno Amarelo <i>100ml.</i>	Unidade	18		
57	Verniz Vitral Pequeno Fumê <i>100ml.</i>	Unidade	18		
58	Verniz Vitral Pequeno Laranja <i>100ml.</i>	Unidade	18		
59	Verniz Vitral Pequeno Lilás <i>100ml.</i>	Unidade	18		
60	Verniz Vitral Pequeno Rosa <i>100ml.</i>	Unidade	18		
61	verniz Vitral Pequeno Roxo <i>100ml.</i>	Unidade	18		
VALOR TOTAL R\$					

PRAZO DE ENTREGA: ATÉ 05 (cinco) DIAS, APÓS AUTORIZAÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ
Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado



ANEXO 1.1
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	AGULHA COSTURA, MATERIAL AÇO NIQUELADO, NÚMERO AGULHAS 3 <i>Pacote com 20 unidades.</i>	Pacote	6	R\$ 5,35	R\$ 32,10
2	AGULHA COSTURA, MATERIAL AÇO NIQUELADO, NÚMERO AGULHAS 6 <i>Pacote com 20 unidades.</i>	Pacote	6	R\$ 5,35	R\$ 32,10
3	AGULHA COSTURA, MATERIAL AÇO NIQUELADO, NÚMERO AGULHAS 7 <i>Pacote com 20 unidades.</i>	Pacote	6	R\$ 5,35	R\$ 32,10
4	AGULHA COSTURA, MATERIAL AÇO NIQUELADO, NÚMERO AGULHAS 8 <i>Pacote com 20 unidades/</i>	Pacote	6	R\$ 5,35	R\$ 32,10
5	Barbante Barroco de 400g cru mesclado <i>Para crochê.</i>	Unidade	18	R\$ 30,00	R\$ 540,00
6	Bastão de cola quente grande <i>Pacote com 1Kg.</i>	Unidade	4	R\$ 29,50	R\$ 118,00
7	Bastão de Cola Quente - pequena <i>Pacote com 1Kg.</i>	Unidade	4	R\$ 29,50	R\$ 118,00
8	Cola branca de 1L	Unidade	18	R\$ 14,00	R\$ 252,00
9	Cola Gel para Decoupage de 60 ml	Unidade	18	R\$ 5,85	R\$ 105,30
10	Dimensional c/ Gliter Dourado c/ 12 Unidades	Caixa	6	R\$ 101,95	R\$ 611,70
11	Dimensional c/ Gliter Prateado c/ 12 Unidades	Caixa	6	R\$ 101,95	R\$ 611,70
12	Dimensional s/ Gliter Amarelo c/ 12 Unidades <i>Tinta para tecido.</i>	Caixa	6	R\$ 101,95	R\$ 611,70
13	Dimensional s/ Gliter Branco c/ 12 Unidades <i>Tinta para tecido.</i>	Caixa	6	R\$ 101,95	R\$ 611,70
14	EVA (emborrachado) 2mm - cor amarela	Unidade	60	R\$ 2,65	R\$ 159,00
15	EVA (emborrachado) 2mm - cor azul	Unidade	60	R\$ 2,65	R\$ 159,00
16	EVA (emborrachado) 2mm - cor verde	Unidade	60	R\$ 2,65	R\$ 159,00
17	EVA (emborrachado) 2mm - cor vermelha	Unidade	60	R\$ 2,65	R\$ 159,00
18	Feltro azul	Metro(s)	10	R\$ 12,50	R\$ 125,00
19	Feltro branco	Metro(s)	10	R\$ 12,50	R\$ 125,00
20	Feltro preto	Metro(s)	10	R\$ 12,50	R\$ 125,00
21	Feltro rosa	Metro(s)	10	R\$ 12,50	R\$ 125,00
22	Feltro verde	Metro(s)	10	R\$ 12,50	R\$ 125,00
23	Feltro vermelho	Metro(s)	10	R\$ 12,50	R\$ 125,00



24	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, LARGURA 25 MM, COMPRIMENTO 50 M, APLICAÇÃO MULTIUSO, COR BEGE, TIPO FACE MONOFACE	Unidade	24	R\$ 4,65	R\$ 111,60
25	LINHA COSTURA, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 91,40 M, COR BRANCA <i>Caixa com 9 unidades.</i>	Caixa	24	R\$ 16,70	R\$ 400,80
26	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR AMARELA	Unidade	6	R\$ 31,20	R\$ 187,20
27	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR AZUL CLARO	Unidade	6,0000	R\$ 31,20	R\$ 187,20
28	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR AZUL MARINHO	Unidade	6,0000	R\$ 31,20	R\$ 187,20
29	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR BRANCA	Unidade	6,0000	R\$ 31,20	R\$ 187,20
30	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR PRETA	Unidade	6,0000	R\$ 31,20	R\$ 187,20
31	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR VERDE	Unidade	6,0000	R\$ 31,20	R\$ 187,20
32	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR VERMELHA	Unidade	6,0000	R\$ 31,20	R\$ 187,20
33	Linha nº 10 - carretel <i>com 80m.</i>	Unidade	24,0000	R\$ 7,30	R\$ 87,60
34	PAPEL CARBONO, MATERIAL PELÍCULA POLIÉSTER, APLICAÇÃO ESCRITA MANUAL, TIPO FILME, COMPRIMENTO 297 MM, LARGURA 210 MM, COR AZUL <i>Caixa com 100 fls.</i>	Caixa	6.0000	R\$ 27,95	R\$ 167,70
35	Papel Termocolante	Metro(s)	30,0000	R\$ 15,20	R\$ 456,00
36	pistola de cola quente grande	Unidade	8,0000	R\$ 19,80	R\$ 158,40
37	Pistola de cola quente pequena	Unidade	8,0000	R\$ 16,55	R\$ 132,40
38	Sacaria Branca (metro)	Metro(s)	120	R\$ 7,50	R\$ 900,00
39	Tecido 100% algodão estampado (metro) <i>Estampas diversas.</i>	Metro(s)	60	R\$ 17,25	R\$ 1.035,00
40	Tecido 100% algodão liso (metro) <i>Cores diversas</i>	Metro(s)	60	R\$ 22,20	R\$ 1.332,00
41	Tecido Brim Cru	Metro(s)	60	R\$ 20,70	R\$ 1.242,00
42	Termolina leitosa de 500ml	Unidade	18	R\$ 16,80	R\$ 302,40
43	TESOURA COSTURA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO 8 POL, COMPRIMENTO 20 CM	Unidade	18	R\$ 34,85	R\$ 627,30
44	tinta para tecido <i>Na cor preto. Caixa com 12 unidades.</i>	Unidade	6	R\$ 35,10	R\$ 210,60
45	Tinta para tecido - amarelo ouro com 12 unidades cada	Unidade	6	R\$ 35,10	R\$ 210,60
46	Tinta para Tecido - Azul Celeste c/ 12 Unidades	Caixa	6	R\$ 35,10	R\$ 210,60
47	Tinta para Tecido - Branco c/ 12 Unidades	Caixa	6	R\$ 35,10	R\$ 210,60



48	Tinta para Tecido - Caramelo c/ 12 Unidades	Caixa	6	R\$ 35,10	R\$ 210,60
49	Tinta para Tecido - Cinza Lunar c/ 12 Unidades	Caixa	6	R\$ 35,10	R\$ 210,60
50	Tinta para tecido com 12 unidades	Caixa	6	R\$ 35,10	R\$ 210,60
51	tinta para tecido com 12 unidades vermelho escarlate	Unidade	6	R\$ 35,10	R\$ 210,60
52	Tinta para Tecido - Laranja c/ 12 Unidades	Caixa	6	R\$ 35,10	R\$ 210,60
53	Tinta para tecido - lilás com 12 unidades	Unidade	6	R\$ 35,10	R\$ 210,60
54	Tinta para Tecido - Marrom c/ 12 Unidades	Caixa	6	R\$ 35,10	R\$ 210,60
55	Verniz vitral de 100ml <i>Incolor</i>	Unidade	18	R\$ 15,20	R\$ 273,60
56	Verniz Vitral Pequeno Amarelo <i>100ml.</i>	Unidade	18	R\$ 18,90	R\$ 340,20
57	Verniz Vitral Pequeno Fumê <i>100ml.</i>	Unidade	18	R\$ 18,90	R\$ 340,20
58	Verniz Vitral Pequeno Laranja <i>100ml.</i>	Unidade	18	R\$ 18,90	R\$ 340,20
59	Verniz Vitral Pequeno Lilás <i>100ml.</i>	Unidade	18	R\$ 18,90	R\$ 340,20
60	Verniz Vitral Pequeno Rosa <i>100ml.</i>	Unidade	18	R\$ 18,90	R\$ 340,20
61	verniz Vitral Pequeno Roxo <i>100ml.</i>	Unidade	18	R\$ 18,90	R\$ 340,20
VALOR TOTAL R\$ 17.989,50 (Dezessete mil, novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).					

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 012/CPL/2018.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3 MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº 012/CPL/2018, nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 4 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/CPL/2018

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/CPL/2018

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF n _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 5.1
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006 (SOCIEDADES COOPERATIVAS)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/CPL/2018

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF n _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que observa o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETIVO

Aquisição de material para artesanato, necessário à realização do trabalho do SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nas oficinas ofertadas nos CRAS para as famílias atendidas pelo Programa de Atendimento Integral às Famílias – PAIF.

JUSTIFICATIVA DO PEDIDO

A aquisição se justifica em virtude da necessidade de reabastecer o estoque do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), para atendimento às demandas das Oficinas de Artesanato dos CRAS.

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unidade	Quant.
1	AGULHA COSTURA, MATERIAL AÇO NIQUELADO, NÚMERO AGULHAS 3 <i>Pacote com 20 unidades.</i>	Pacote	6
2	AGULHA COSTURA, MATERIAL AÇO NIQUELADO, NÚMERO AGULHAS 6 <i>Pacote com 20 unidades.</i>	Pacote	6
3	AGULHA COSTURA, MATERIAL AÇO NIQUELADO, NÚMERO AGULHAS 7 <i>Pacote com 20 unidades.</i>	Pacote	6
4	AGULHA COSTURA, MATERIAL AÇO NIQUELADO, NÚMERO AGULHAS 8 <i>Pacote com 20 unidades/</i>	Pacote	6
5	Barbante Barroco de 400g cru mesclado <i>Para crochê.</i>	Unidade	18
6	Bastão de cola quente grande <i>Pacote com 1Kg.</i>	Unidade	4
7	Bastão de Cola Quente - pequena <i>Pacote com 1Kg.</i>	Unidade	4
8	Cola branca de 1L	Unidade	18
9	Cola Gel para Decoupage de 60 ml	Unidade	18
10	Dimensional c/ Gliter Dourado c/ 12 Unidades	Caixa	6
11	Dimensional c/ Gliter Prateado c/ 12 Unidades	Caixa	6
12	Dimensional s/ Gliter Amarelo c/ 12 Unidades <i>Tinta para tecido.</i>	Caixa	6
13	Dimensional s/ Gliter Branco c/ 12 Unidades <i>Tinta para tecido.</i>	Caixa	6
14	EVA (emborrachado) 2mm - cor amarela	Unidade	60
15	EVA (emborrachado) 2mm - cor azul	Unidade	60
16	EVA (emborrachado) 2mm - cor verde	Unidade	60
17	EVA (emborrachado) 2mm - cor vermelha	Unidade	60
18	Feltro azul	Metro(s)	10



19	Feltro branco	Metro(s)	10
20	Feltro preto	Metro(s)	10
21	Feltro rosa	Metro(s)	10
22	Feltro verde	Metro(s)	10
23	Feltro vermelho	Metro(s)	10
24	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, LARGURA 25 MM, COMPRIMENTO 50 M, APLICAÇÃO MULTIUSO, COR BEGE, TIPO FACE MONOFACE	Unidade	24
25	LINHA COSTURA, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 91,40 M, COR BRANCA <i>Caixa com 9 unidades.</i>	Caixa	24
26	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR AMARELA	Unidade	6
27	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR AZUL CLARO	Unidade	6,0000
28	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR AZUL MARINHO	Unidade	6,0000
29	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR BRANCA	Unidade	6,0000
30	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR PRETA	Unidade	6,0000
31	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR VERDE	Unidade	6,0000
32	LINHA CROCHÊ, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO 1.000 M, COR VERMELHA	Unidade	6,0000
33	Linha nº 10 - carretel <i>com 80m.</i>	Unidade	24,0000
34	PAPEL CARBONO, MATERIAL PELÍCULA POLIÉSTER, APLICAÇÃO ESCRITA MANUAL, TIPO FILME, COMPRIMENTO 297 MM, LARGURA 210 MM, COR AZUL <i>Caixa com 100 fls.</i>	Caixa	6.0000
35	Papel Termocolante	Metro(s)	30,0000
36	pistola de cola quente grande	Unidade	8,0000
37	Pistola de cola quente pequena	Unidade	8,0000
38	Sacaria Branca (metro)	Metro(s)	120
39	Tecido 100% algodão estampado (metro) <i>Estampas diversas.</i>	Metro(s)	60
40	Tecido 100% algodão liso (metro) <i>Cores diversas</i>	Metro(s)	60
41	Tecido Brim Cru	Metro(s)	60
42	Termolina leitosa de 500ml	Unidade	18
43	TESOURA COSTURA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO 8 POL, COMPRIMENTO 20 CM	Unidade	18
44	tinta para tecido <i>Na cor preto. Caixa com 12 unidades.</i>	Unidade	6
45	Tinta para tecido - amarelo ouro com 12 unidades cada	Unidade	6
46	Tinta para Tecido - Azul Celeste c/ 12 Unidades	Caixa	6
47	Tinta para Tecido - Branco c/ 12 Unidades	Caixa	6
48	Tinta para Tecido - Caramelo c/ 12 Unidades	Caixa	6
49	Tinta para Tecido - Cinza Lunar c/ 12 Unidades	Caixa	6
50	Tinta para tecido com 12 unidades	Caixa	6



51	tinta para tecido com 12 unidades vermelho escarlata	Unidade	6
52	Tinta para Tecido - Laranja c/ 12 Unidades	Caixa	6
53	Tinta para tecido - lilás com 12 unidades	Unidade	6
54	Tinta para Tecido - Marrom c/ 12 Unidades	Caixa	6
55	Verniz vitral de 100ml <i>Incolor</i>	Unidade	18
56	Verniz Vitral Pequeno Amarelo <i>100ml.</i>	Unidade	18
57	Verniz Vitral Pequeno Fumê <i>100ml.</i>	Unidade	18
58	Verniz Vitral Pequeno Laranja <i>100ml.</i>	Unidade	18
59	Verniz Vitral Pequeno Lilás <i>100ml.</i>	Unidade	18
60	Verniz Vitral Pequeno Rosa <i>100ml.</i>	Unidade	18
61	verniz Vitral Pequeno Roxo <i>100ml.</i>	Unidade	18

1- DO OBJETO

1.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais descritos neste Termo de Referência, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

2- DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1. As reservas orçamentárias serão realizadas, de acordo com a indicação dos recursos estabelecidos nas solicitações de compra.

2.2. Os materiais de consumo deverão ser entregues de acordo com as necessidades da contratante, bem como com as especificações contidas neste Termo de Referência.

3- DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar a Contratante, coisa ou pessoa de terceiros em decorrência da execução do contrato, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o Município, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam causar.

3.2. A CONTRATADA deverá:

3.2.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Secretaria de Assistência Social, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

3.2.2. Entregar o material de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.



- 3.2.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da SMAS, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 3.2.4. Cumprir as normas de higiene, especialmente aquelas definidas pelos órgãos da vigilância sanitária;
- 3.2.5. Comunicar à SMAS, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 3.2.6. Manter em dia, durante a vigência do contrato, os documentos exigidos para participação na licitação, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 4.482/2017 eo art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.
- 3.2.6.1. A não obediência a essa determinação, acarretará a suspensão do pagamento até a devida regularização, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação.
- 3.3. A CONTRATADA fica, nos termos da legislação vigente, obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, a juízo da SMAS, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 3.4. É vedada à CONTRATADA a associação com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que prejudiquem a execução do contrato.

4- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 4.1.1. Para o cumprimento do objeto do presente contrato, a CONTRATANTE obrigar-se-á, exercer a fiscalização do contrato, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.
- 4.1.2. Fornecer à CONTRATADA, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução;
- 4.1.3. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estipulado;

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será em parcela única, de acordo com o material entregue, mediante a apresentação de Nota Fiscal emitida pela contratada, que necessariamente será confirmada e atestada por 03 (três) servidores, conforme determina a legislação.



OBSERVAÇÕES	
Prazo de Entrega	Até 05 (cinco) dias após a publicação a Homologação.
Local de Entrega	Na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Nilo Peçanha nº 300, Centro, Paracambi – RJ, CEP.: 26600-000.

5 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – Os procedimentos e dúvidas suscitadas terão como diretriz o disposto na Lei 8.666/93.

Aline Otilia Soares Ferreira Benevenuto
Secretária de Assistência Social



LICITAÇÃO EXCLUSIVA

MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE / MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL / SOCIEDADES COOPERATIVAS

LICITAÇÃO N.º 012/CPL/2018
PROCESSO N.º 798/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ORIGEM DOS RECURSOS: 155 – Proteção Social Básica Federal
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.99.00.00.00
DOTAÇÃO: 825

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 17.989,50 (Dezessete mil, novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 25 DE ABRIL DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 25 DE ABRIL DE 2018 ÀS 10:00 HORAS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ARTESANATO, NECESSÁRIO À REALIZAÇÃO DO TRABALHO DO SCFV – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, NAS OFICINAS OFERTADAS NOS CRAS PARA AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS – PAIF.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico <http://paracambi.rj.gov.br/transparencia-2/#licitacoes>. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, ou e-mail: licitacaopmpparacambi@gmail.com.

ÓRGÃO REQUISITANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: Até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

ParteA	-	Informações Específicas sobre o Edital
ParteB	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro

RAZÃO SOCIAL			
TELEFONE:			
E-MAIL:			
RECEBIDO POR:		DATA:	CARIMBO DO CNPJ